



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2009.

Comunicação nº 110/09- TJD/RJ

**Despacho do Presidente do Tribunal de Justiça
Desportiva /RJ**

**Processo 207/09: Mandado de Garantia com pedido de
Liminar.**

**Impetrado: Vice Presidente de Coordenação Técnica da
Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Alcides
Antunes Neto.**

Despacho:

**1. Recebo o presente Mandado de Garantia
apresentado pelo Volta Redonda Futebol Clube, com
pedido de liminar, e, já tendo analisado a questão,
passo a decidir:**

**Trata-se de Mandado de Garantia interposto pelo
Volta Redonda Futebol Clube em face do Vice
Presidente de Coordenação Técnica da Federação de
Futebol do Estado do Rio de Janeiro, requerendo, em
síntese, a suspensão ou cancelamento das partidas
entre Volta Redonda e A.D. Cabofriense, marcadas**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

pela autoridade coatora em razão de decisão de conselho arbitral realizado no dia 13 de abril 2009.

Alega o Impetrante que tal decisão e o referido Ato 031/2009, são nulos e ilegais por afrontarem totalmente o regulamento do campeonato estadual de 2009 aprovado por todos os clubes, sendo certo ainda, que o Impetrante requer seja cumprido e interpretado de forma correta o referido regulamento, mais precisamente, no que se refere ao artigo 19 de seu parágrafo único, que prevê, claramente, que havendo empate entre apenas duas equipes, seja na penúltima e última colocação, deve ser respeitado o critério técnico de desempate previsto no artigo 5.º do regulamento, razão pela qual, no entendimento do Impetrante, deve o mesmo permanecer na primeira divisão e ser rebaixada a A.D Cabofriense juntamente com o Mesquita Futebol Clube já rebaixado.

Destaco, a priori, que qualquer realização de partida entre o Impetrante e a Cabofriense, antes da análise do mérito da questão por este Tribunal, poderá, de fato, trazer enormes e irreparáveis prejuízos não só ao campeonato, como principalmente ao Impetrante e até mesmo à FERJ, já que a alteração do regulamento do campeonato poderá gerar interpretação de descumprimento do Estatuto do Torcedor.

Ademais, entendo, em *prima facie*, e sem a intenção de se adentrar no mérito da presente questão, que o artigo 19, parágrafo único do campeonato é claríssimo ao determinar que somente haveria confronto entre as equipes para definir o descenso se houvesse empate em número de pontos com mais de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

duas equipes, ou seja, 3 ou mais equipes empatadas, seja no penúltimo lugar ou no último lugar.

A título de ilustração, podemos analisar como a própria FERJ entende a questão e observando a documentação juntada aos autos, verifica-se que além de declarações do Presidente daquela entidade dando razão ao Impetrante, existe Ato (n.º 10/2008) emanado no ano passado, versando sobre questão idêntica onde o Ilustre Presidente Dr. Rubens Lopes é claro e taxativo ao afirmar que havendo empate entre apenas duas agremiações deverá ser utilizado o critério técnico de desempate sem qualquer realização de jogo extra.

Como se trata de matéria simplesmente de direito, o quadro probatório apresentado pelo Impetrante e toda a matéria de direito são suficientes para a concessão de qualquer medida no sentido de suspender os jogos que foram marcados pelo Departamento Técnico da FERJ, até que este Tribunal, em colegiado, analise o mérito do pedido feito pelo Impetrante.

Diante de todos estes fatos e das provas claras juntadas ao processo, verifica-se que além do “fumus boni iuris” do Impetrante, existe, sem sombra de dúvida, “periculum in mora” cristalino para que seja embasado o deferimento de medida liminar “inaudita altera pars” para suspensão das partidas a serem realizadas nos dias 22 e 25 de abril de 2009, até que se julgue o mérito da causa.

A inicial do Mandado de Garantia, demonstra com toda clareza que são nítidos os prejuízos que seriam



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

causados ao Impetrante e no entender deste Presidente, também ao campeonato e à FERJ por uma possível interpretação de descumprimento do Estatuto do Torcedor por alteração de regulamento.

2. Diante de todo o exposto, pelos fatos e fundamentos expostos e diante da permissão legal constante no artigo 93 do CBJD, DEFIRO E CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA PELO IMPETRANTE (VOLTA REDONDA FUTEBOL CLUBE) suspendendo as partidas marcadas pelo Departamento Técnico da FERJ, a serem realizadas nos dias 22 de abril e 25 de abril de 2009 entre o Impetrante e a A.D Cabofriense, até que este E. Tribunal, frise-se, em colegiado, analise e julgue o mérito do presente Mandado de Garantia.

3. Intime-se e oficie-se a FERJ, na pessoa de seu Presidente ou na pessoa do Sr. Alcides Pereira Antunes Neto para que suspenda as partidas designadas para os dias 22 e 25 de abril de 2009 entre o Impetrante e a A.D Cabofriense até que seja analisado e julgado o mérito deste Mandado de Garantia por este E. Tribunal.

4. Intime-se a autoridade coatora para prestar informações, no prazo de três dias, nos termos do artigo 91 do CBJD.

5. Após, com ou sem as informações, remetam-se os autos à Procuradoria para que se manifeste no prazo de dois dias, conforme regra contida no artigo 95 do CBJD.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**6. Desde já, designo pauta de julgamento para o
dia 22/04/2009.**

7. Publique-se e cumpra-se.

**Antonio Vanderler de Lima
Presidente**